

VISÃO DO CORREIO

Por uma reforma administrativa

Há praticamente um século o Brasil enfrenta o permanente desafio de modernizar a máquina pública. Na história republicana, as tentativas de constituir um Estado que responda adequadamente às demandas da sociedade datam dos anos 1930, no governo de Getúlio Vargas. Nos últimos meses, a imperiosa necessidade de se implantar uma reforma administrativa foi novamente evocada.

Não faltam razões para esse apelo. São diversos e profundos os problemas acumulados na administração pública, tanto nos três níveis da Federação — União, estados e municípios — quanto nos três Poderes constituídos. Distorções salariais, perpetuação de privilégios, ineficiência e baixa diversidade são algumas das deficiências do Estado brasileiro.

O tema da reforma administrativa voltou à baila após uma divergência que se instalou entre o Executivo e o Legislativo em meados de maio. Inconformado com a proposta enviada pelo Ministério da Fazenda de elevar o Imposto sobre Operações Financeiras, a fim de melhorar a delicada situação das contas públicas, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciou a criação de um Grupo de Trabalho sobre a reforma do Estado. A ideia seria dar uma contribuição do Congresso Nacional ao enfrentamento do grave problema fiscal do país.

Chamou a atenção que, pouco tempo depois, o próprio Legislativo aprovou o aumento do número de deputados, passando de 513 para 531 os representantes eleitos. Como ampliar o contingente de parlamentares, assessores, gabinetes e tudo o mais sem acarretar aumento de gastos é um desses enigmas de Brasília. Ao anunciar a intenção de promover uma reforma administrativa, Motta deu um prazo de 45 dias para o Grupo de Trabalho, coordenado pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), apresentar sugestões. De lá para cá, ainda não se viu avanço significativo. Há uma expectativa de

que as discussões adquiram tração nesta segunda quinzena de setembro — se o movimento pró-anistia a golpistas, em curso no Congresso Nacional, permitir.

O Executivo, sob comando do presidente Lula, segue a convicção petista de se construir um aparato estatal robusto. É essa visão que justifica a realização do Concurso Público Nacional Unificado, que se encontra na segunda edição. Sob certo aspecto, a reconstrução estatal se justifica, na medida em que os governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro foram marcados seja por uma forte restrição orçamentária, seja porque havia uma clara determinação de desmonte de órgãos públicos. O expansionismo estatal petista explícita, no entanto, o problema existencial do Estado brasileiro: caro demais pelo que oferece.

Somam-se ao atual perfil estadista do Executivo problemas crônicos nos outros Poderes e estruturas da administração pública. O que mais salta aos olhos, sem dúvida, são os supersalários, verbas indenizatórias e toda sorte de bonificações e vantagens que agraciam os rendimentos de uma elite do funcionalismo público. As justificativas de que os abonos estão previstos em lei são moralmente inaceitáveis. Já passou da hora de se realizar um debate franco, transparente e honesto para dar fim a privilégios escandalosos em um país tão marcado pela desigualdade.

Uma efetiva reforma administrativa só ocorrerá quando os Poderes constituídos estabelecerem um pacto para abolir práticas e privilégios que tornam o atual modelo insustentável. É preciso que se entenda, de uma vez por todas, que as mudanças na máquina pública devem ocorrer para fortalecer o Estado, e não o contrário. A modernização passa necessariamente na premissa de utilizar com inteligência os recursos disponíveis e buscar o melhor desempenho possível dos servidores públicos. É urgente uma reforma administrativa que faça valer o dinheiro do contribuinte.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Ingerência

A Embaixada dos Estados Unidos intensifica críticas ao Supremo Tribunal Federal (STF) após a condenação de Jair Bolsonaro. Mais uma vez, essa embaixada tenta se meter em assuntos que dizem respeito apenas ao Brasil. A condenação de Bolsonaro foi fruto de um processo conduzido pelo nosso sistema de Justiça, soberano e legítimo. A ingerência estrangeira nesse tema soa como desrespeito à nossa democracia e às nossas instituições. O Brasil não precisa de tutores internacionais para decidir os próprios rumos.

» **Ivanei Souza**

Brasília

Alzheimer

Ótima notícia essa de que descobriam uma nova técnica de imagem que detecta sinais do Alzheimer antes de surgirem os sintomas. Os efeitos da demência são devastadores para o paciente e para quem cuida. Mas, para além disso, passou da hora de o Brasil pensar em políticas públicas sérias para quem convive com a doença na família. Tudo é difícil, tudo é burocrático, tudo é caro!

» **Mariana Munhoz**

Brasília

Cerrado

Chegamos ao Dia do Cerrado, 11 de setembro, com a Floresta Nacional de Brasília (Flona) em chamas mais uma vez e a sensação de que não vamos aprender a cuidar das nossas riquezas naturais. Será que já esquecemos do ano passado, quando Brasília acordou tomada pela fumaça dos incêndios? Aquilo nunca tinha acontecido aqui, mas parece que pode passar a ser nossa realidade. Como bem disse o professor da Universidade de Brasília (UnB) Daniel Vieira ao **Correio**, há um limite. Mesmo o Cerrado sendo reconhecido pela sua capacidade de recuperação, o ataque que não para torna a situação insustentável. Além de tudo, é uma sentença de morte. Sem o Cerrado, Brasília e o resto do Brasil secam. Vamos acordar, minha gente!

» **Cristina Menezes**

Taguatinga

Incêndios

As pessoas estão reclamando que o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal está demorando para chegar aos incêndios. O pessoal precisa entender que os bombeiros não vão para as ocorrências de drones. Há um certo tempo gasto em deslocamento, principalmente quando se trata de incêndio em áreas rurais. Precisamos entender também que é necessário fazer medidas de proteção em lotes, casas e chácaras. Uma dessas medidas são os aceros.

» **Gilberto Chrisostomo**

Brasília

Em apuros

Lula, em Roraima, em afronta a Trump, menosprezando o tarifaço e ressaltando a soberania brasileira, mencionou que “o Brasil é dono do próprio nariz”. Em sua desenfreada ganância, sua onerosa máquina pública, seu descaso à responsabilidade fiscal, sua insensata diplomacia e seus dispendiosos passeios; embora a receita esteja em alta, pouco sobra para investir e, em 2026, deixará uma “herança maldita”. Tudo devido à má gestão. A insensatez de Lula agrava ainda mais a situação ao menosprezar Trump e o tarifaço, sem o contato pessoal bem-sucedido por outros países reduzindo o tarifaço nas exportações aos Estados Unidos. Assim, com “o Brasil dono do próprio nariz”, o nosso agronegócio e o nosso comércio exterior estão em apuros.

» **Humberto Schuwartz Soares**

Vila Velha (ES)

INSS

É óbvio que, em operações como essa da Polícia Federal para apreensões ligadas ao caso do golpe do INSS, vão encontrar artigos de luxo. Quando a polícia investe em investigação de lavagem de dinheiro, que é o certo, eles ficam sem ter onde gastar. Tem que ser em festas, viagens e luxos que não sejam detectados e fiquem escondidos dentro de suas casas. Invasão de favela é só para matar pobre e fazer limpeza étnica!

» **Danilo Guimarães**

Brasília



ANA DUBEUX
anadubeux.correio@gmail.com

A rede e o espírito democrático

Para o bem e para o mal, a internet tornou visível ad aeternum, usando um termo do direito, a narrativa que construímos sobre nós mesmos. Tornamo-nos todos seres autobiográficos e os algoritmos estão aí para nos entregar as melhores e piores versões, a depender dos posicionamentos e de quem se é nas redes. Para pessoas públicas, cada entrevista, cada ato, cada post são gatilhos para ajudar a compor esse perfil de persona, incluindo aí os memes e as fake news. Ninguém está imune; as autoridades, muito menos. Verdade, pós-verdade e mentira caminham juntas.

O julgamento de Jair Bolsonaro e demais réus no Supremo Tribunal Federal foi um no tribunal e outro nas redes? Há muitas respostas a essa pergunta, pois, no deslocamento, a realidade ganha novos contornos e infinitas interpretações. Porém, há verdades e também imagens que são maiores, incontestáveis, perenes.

O 8 de Janeiro rendeu-nos um espetáculo grotesco. Ninguém em sã consciência defendeu aquele ato insano, criminoso, embora muitos tentassem minimizá-lo. Ficou registrado na memória, nos vídeos, nas capas de jornais, no inconsciente coletivo, arrisco dizer que ficou na pele, sobretudo do brasileiro. Até chegar àquele dia fatídico, tivemos outros momentos de vandalismo, de escárnio, de ameaças criminosas à democracia.

Houve uma arquitetura do golpe, um projeto, uma tentativa, ainda que frustrada.

Antes ainda, tivemos a sequência horrosa de negligências do governo Bolsonaro na pandemia, incluindo aí o próprio líder da nação, à época, construindo sua própria persona, fosse imitando uma pessoa sem ar; dizendo que não era cozeiro; fosse tripuando das instituições ou ameaçando a democracia. Tudo isso foi reconstruído, animado, usado como prova, como de fato é.

O resultado do julgamento não se esgota na pena imputada. Transcende para o universo das narrativas que, faz tempo, não são unicamente as jornalísticas. Qualquer um pode dizer o que quiser nas redes. Pode também rir, chorar, orar, celebrar, resgatar as cores da bandeira.

Eu fico com a sequência de posts sobre a ministra Cármen Lúcia, que, não bastasse ter poupado tempo em seu voto, ainda nos brindou com a exigência de respeito ao momento de fala de uma mulher, a única no grande Supremo. Como bem disse, aquele 8 de Janeiro não foi um almoço de domingo. Nunca será e não podemos permitir que assim seja visto.

A despeito do que se tornou a realidade, com tantas nuances, devemos ter nossas cláusulas pétreas para a vida, assim como nossa Constituição. A democracia é uma delas. Todos somos responsáveis por ela.

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houera, lá chegará”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00

Assine
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp

*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991.58.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anuncie
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131



D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h / domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.udapress.com.br